

## **INTRODUÇÃO**

Em 2007 inicia-se a implementação do PAR nos 5.563 municípios brasileiros. No Rio Grande do Sul, selecionamos 35 municípios e analisamos o seu processo de implementação do PAR. No estudo focamos a dimensão da Gestão Educacional dando ênfase à área de Gestão Democrática e seus indicadores.

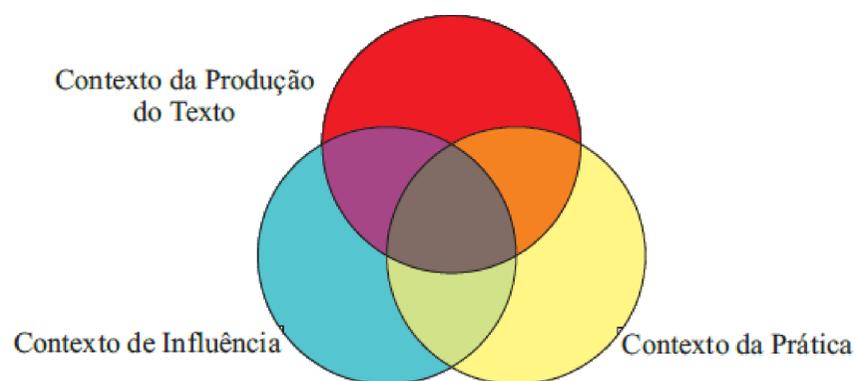
## **OBJETIVO**

Verificar como os Conselhos Escolares estão inseridos no planejamento do PAR de 35 municípios do Rio Grande do Sul.

## **METODOLOGIA**

Para estudar os indicadores de gestão democrática criou-se planilhas, gráficos e mapa que apresentam o desenvolvimento do PAR nos 35 municípios. A coleta dos dados foi realizada a partir de fontes do Núcleo de Estudos de Políticas e Gestão da Educação e do site do Ministério da Educação (MEC).

Contextos do processo de construção de políticas públicas por Stephen Ball:



## **RESULTADOS OBTIDOS**

- Podemos inferir que 28 dos 35 municípios selecionados, não possuíam CE, visto que selecionaram esta ação e a subação “incentivar criação do CE”.
- Supõe-se que 10 municípios conseguiram implementar o CE, pois conseguiram concluir esta subação.
- Induz-se que 18 municípios ainda estariam sem CE, pois não concluíram a subação, entretanto 9 deles estão com esta em andamento.

## **ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

A partir da pesquisa, pode-se inferir que o Conselho Escolar, enquanto indicador de gestão democrática da escola, encontra-se ainda em processo de construção. Considerando o grande número de municípios que selecionou este indicador, se pode observar que há um planejamento dos municípios em prol da sua implementação.

A inclusão dos Conselhos Escolares em uma política nacional (PAR), como indicador de gestão democrática da escola, aponta possibilidades efetivas de articulação de articulação entre União, Estados e Municípios no cumprimento do princípio constitucional de "gestão democrática do ensino público".